

# Escrevivência: um movimento necessário

» ANGELA DANNEMANN  
Superintendente do Itaú Social

“A Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade”.

(Conceição Evaristo)

O trecho acima traduz o conceito de escrevivência inaugurado por Conceição Evaristo, escritora e autora dos livros *Ponciá Vicêncio*, *Becos da Memória*, *Olhos D’Água*, em sua dissertação de mestrado, há 26 anos. Renovando a literatura nacional com uma possibilidade de criação inovadora, a Escrevivência propõe a articulação entre o fazer literário e a visão de mundo de quem escreve.

Escrever é uma forma de expressão e um ato político. Tecer as vozes por meio da escrita mostra um país como ele verdadeiramente é. A prática de registrar ou publicar escritos estimula os nossos sentidos, nos liberta e proporciona amplo reconhecimento e compreensão da vida, além de contribuir para a construção de uma história diversa e mais completa da sociedade. A Escrevivência surge entre nós como um ato literário, de formação prática e que promove e assegura a leitura e, principalmente, a escrita como um direito essencial. Afinal, todos nós temos algo para compartilhar, assim como para contribuir, narrar, registrar, proferir e superar. A potência de narrativas tem viabilizado o rompimento de estruturas sociais opressivas e estimulado as pessoas a se apropriarem cada vez mais da letra e da interpretação como indispensáveis lugares de fala.

Sabemos que, historicamente, moradores de periferias de grandes cidades, mas também de regiões distantes dos centros urbanos, foram apartados do acesso à leitura e do protagonismo na escrita de suas próprias narrativas – um efeito do longo período durante o qual essas populações não tiveram acesso à educação, pois esse direito só foi garantido no princípio do século XXI e apenas para aqueles entre 7 e 14 anos. Aqui vale destacar o trabalho realizado por bibliotecas comunitárias para suprir uma lacuna deixada pelo poder público no acesso a livros na formação de leitores.

A pesquisa “O Brasil que lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores” revelou que 87% das bibliotecas comunitárias estão situadas em zonas periféricas de áreas urbanas – regiões com altos índices de pobreza e exclusão de serviços públicos; 13% estão em zonas rurais; 0,7% em áreas ribeirinhas; sendo 66% delas idealizadas por coletivos, grupos de pessoas do território e movimentos sociais.

Estes dados revelam a corresponsabilidade que temos de trabalhar sobre um entendimento mais republicano da leitura e da escrita. Precisamos despertar a nossa consciência de que o acesso ao texto escrito e à literatura precisa ser um direito universal, sem distinção de raça ou condição socioeconômica, do mesmo modo que liberdade, alimentação e segurança também são. Todo país que alcançou uma condição mais avançada de civilidade e direitos, sem falar de riqueza, assegurou à sua população uma condição de acesso pleno à cultura letrada.



Tamanha é a contribuição do conceito-experiência concebido por Conceição nesse sentido, que, mais uma vez, diferentes estudiosos se debruçaram sobre ele no livro *Escrevivência: a escrita de nós*. Os textos de especialistas em literatura negra contemporânea, educação, crítica literária e comunicação foram base para as reflexões compartilhadas durante o seminário on-line “A Escrevivência de Conceição Evaristo” ao final de 2020. Conceição cresceu mais rodeada de palavras, que de livros, mas foi pela leitura, pela educação e, mais que tudo, pela resistência, que começou a publicar as suas histórias e as histórias de muitas mulheres quando já era uma professora experiente a caminho do seu mestrado, com quase 50 anos. Pensando na garantia desse direito essencial, lembro a todos que a Olimpíada de Língua Portuguesa está com inscrições abertas. Com o objetivo de apoiar professores a aprimorarem suas práticas de ensino de leitura e escrita, este programa estimula

alunos de escolas públicas, a cada dois anos, a “escrevivenciar” com o tema “O Lugar Onde Vivo”.

Os estudantes devem refletir e retratar suas realidades locais por meio de poemas, memórias literárias, crônicas, documentários e artigos de opinião. O propósito não é delimitar o horizonte, mas trazer referências do seu local de vivência, estimulando um novo olhar que amplie seu repertório cultural, respeitando as peculiaridades regionais do seu local, como determina a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento normativo que define as diretrizes pedagógicas a serem trabalhadas ao longo da educação básica.

Precisamos valorizar e disseminar o poder da palavra como instrumento de inserção na sociedade, pelo registro de memórias afetivas, de sentimentos e opiniões. Independentemente do lugar onde vivem ou conjuntura socioeconômica, é dever das redes de ensino, dos familiares e da sociedade como um todo despertar o desejo e o entusiasmo pela leitura e pela escrita, desde a infância.

## Insistimos em não querer enxergar

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER,  
Empresário, um dos idealizadores do Movimento Brasil Eficiente (MBE), membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Conselho Empresarial da América Latina (Ceal)

Se existe um problema crônico na gestão pública brasileira é a pressão por mais gastos. Vinda de todos os poderes, nos três níveis da Federação. Por vezes, mais de um, e outras, mais de outro. A realidade é que o Estado brasileiro gasta muito, gasta mal, e cada vez mais. Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) indicou que o desperdício de recursos públicos no Brasil foi de 4% do PIB (US\$ 68 bilhões) em 2019. É o que nos falta para os investimentos que fariam toda a diferença para o crescimento do país, sem gerar risco fiscal.

O economista Márcio Garcia aponta que, ao longo do tempo, várias medidas procuraram conter o contínuo avanço do gasto público, com destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Teto dos Gastos, e que agora “tais controles estão fazendo o sistema ranger, sob a fortíssima pressão política por mais gastos”. Pressão vinda do Congresso Nacional, que inicialmente aprovou um orçamento fictício, inexequível, reduzindo artificialmente gastos obrigatórios que ele mesmo validou e que não podem ser reduzidos, para poder embutir um nível indecente de emendas parlamentares destinadas a atender interesses muitas vezes eleitoreiros de deputados e senadores.

E pior, no meio de grave crise sanitária, esses gastos propostos nada têm a ver com o combate à pandemia. É como se a função pública permitisse ao seu ocupante escolher usufruir os bônus do gasto e transferir a responsabilidade fiscal aos outros. É a recorrente criação de um mundo irreal, de desrespeito à sociedade e às futuras gerações, que tem custado caro ao país. Um Brasil de muitas riquezas e de pouco progresso, que vem há vinte anos crescendo menos do que os demais países em desenvolvimento.

O ano de 2020 foi absolutamente atípico e exigiu gastos inéditos para fazer frente a uma pandemia que praticamente paralisou o planeta. O Brasil foi um dos países que mais gastou com a proteção aos mais vulneráveis e à preservação de empregos, em linha com os países desenvolvidos e, por isso, também teve uma retração do PIB menor do que o esperado. E esse nível maior de gastos também permitiu uma forte recuperação da economia no segundo semestre, especialmente de setores ligados à produção de bens duráveis, intermediários e farmacêuticos, e serviços ligados à saúde, para onde foi direcionado o aumento de poupança proveniente do pacote de ajuda emergencial.

Esse aumento de gastos do governo, todavia, levou ao forte crescimento da dívida pública, que chegou a 89,3% do PIB, e a um déficit primário de R\$ 743 bilhões. Como bem alertou o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles, “os gastos foram necessários, mas é preciso parar, é preciso ter um limite... A pior coisa seria sair de uma crise sanitária e entrar numa crise fiscal”. E essa conta que foi criada precisa ser paga, ou por aumento de carga tributária, que a sociedade não aceita mais, ou por uma trajetória explosiva da dívida pública, que certamente comprometeria o crescimento e nos levaria a um passado de má lembrança, ou por um caminho saudável, que permitiria manter baixas taxas de juros, aumento de investimentos e do emprego, que é o das reformas, somado ao controle dos gastos correntes e obrigatórios do Estado, e dos gastos tributários. E há espaço para esse enxugamento, considerando que a máquina pública custa hoje 20% do PIB, num momento em que o governo não tem recursos para investir, e presta serviços de terceiro mundo à sociedade. É o rabo balançando o cachorro. Desnecessário dizer que a velocidade do programa de vacinação potencializa o processo de recuperação.

Segundo levantamento do economista Fernando Rezende, a proposta orçamentária do governo para 2021 apontava previsão de R\$ 1,476 trilhão para despesas obrigatórias e R\$ 1,333 trilhão de receitas primárias líquidas. O que significa nenhum espaço para outros gastos, muito menos para os R\$ 26,5 bilhões em emendas parlamentares adicionais embutidas pelo relator, o senador Márcio Bittar, na proposta inicialmente aprovada no Legislativo. Para apagar o incêndio gerado pelo embate do governo com o Parlamento na questão do orçamento, foi aprovado o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 2), excluindo do teto e do resultado primário os gastos com a covid-19, uma continha de R\$ 110 bilhões, e sem um limite predeterminado. E com o risco, novamente, de tornar permanentes parte desses gastos, como o Pronampe — programa de financiamento às micro e pequenas empresas. Isso remete à pessoa que gasta mais do que ganha e busca um novo cartão de crédito para resolver o problema.

## Urna eletrônica em xeque

» ROBERT BONIFÁCIO

Cientista político e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG)

O carnaval, as universidades públicas e a urna eletrônica talvez sejam as únicas coisas que o Brasil ainda hoje pode se orgulhar perante a comunidade internacional. Apesar disso e dos inúmeros avanços que a urna eletrônica nos trouxe, desde 2018 ela tem sido mais amplamente questionada. O ápice desse movimento se dá em período vigente, no qual o PSL lançou um manifesto pelo voto impresso e a Câmara instaurou uma comissão especial para debater uma proposta de emenda à constituição que defende essa adoção.

Nessas poucas linhas, defenderei a ideia de que a urna eletrônica facilita a escolha dos representantes pela parcela da população menos instruída e analfabeta e é segura. Vamos às evidências. A cédula de votação em papel sempre foi um obstáculo para o eleitor pouco instruído ou analfabeto, dada a dificuldade desse público de entender o que a cédula requeria e de escrever por extenso o nome do candidato ou o seu número. Isso tinha como uma das consequências um elevado percentual de votos inválidos (brancos e nulos), que não era tão somente um resultado de

voto de protesto, mas também da incapacidade instrumental de escolher seus representantes.

Em 1998, o cientista político Jairo Nicolau analisou o percentual de votos inválidos (branco e nulos) para deputado federal em 4 dos 5 estados em que todos os eleitores votaram eletronicamente, tendo como comparação a eleição de 1994, período em que todos votaram em cédula de papel. No Amapá, houve uma redução de 30,5% de votos inválidos em 1994 para 15,3% em 1998; em Roraima, de 19,8% para 5,6%; em Alagoas, de 49,2% para 13,5%; e no Distrito Federal, de 31,8% para 6,8%. Como se analisa dois períodos históricos em que a única diferença na votação se deu pelo emprego da urna eletrônica, é ela a única explicação possível. Logo, podemos concluir que a urna contribuiu para a materialização da escolha eleitoral dos cidadãos.

Há quem diga que a urna eletrônica é facilmente violada e, por isso, não traz segurança aos resultados eleitorais. Cabe ressaltar que as urnas são auditadas há cerca de 20 anos e diversas instituições, como a Unicamp e Polícia Federal, por exemplo, já atestaram a existência de

altos níveis de segurança. Ademais, já foram realizados testes de segurança em 2009, 2012, 2016, 2017 e 2019. No último, o Tribunal Superior Eleitoral convidou 25 especialistas para encontrarem fragilidades de segurança, dando a eles 5 dias para as tentativas e retirando 30 barreiras digitais que as urnas possuem. Mesmo com essas facilidades, o que se conseguiu foram apenas intervenções superficiais, que não alteraram aspectos fundamentais, tais como os nomes e números dos candidatos e o quantitativo de votos recebidos. Dessa forma, podemos considerar que a urna eletrônica é segura.

A defesa pela adoção do voto impresso é fruto, de um lado, da ignorância de parte de seus apoiadores, que não estão de posse das evidências que atestam as virtudes da urna eletrônica e, por outro lado, do oportunismo de parte das elites políticas, que usa o tema, no presente, como cortina de fumaça para as mazelas que os brasileiros estão vivendo e, no futuro, como uma justificativa para tumultuar o ambiente político, no caso de os resultados eleitorais não satisfizerem o seu projeto de poder.